

## EDITORIAL

Na edição “Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional”, saudamos os novos membros do Conselho Científico que atuarão no período de 2024 a 2026. Acreditamos que, juntos, poderemos promover avanços significativos no campo da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento de produções de qualidade e enriquecendo o debate sobre importantes questões relacionadas ao sistema prisional brasileiro e consolidando a trajetória editorial.

Damos as boas-vindas a Alexandre de Castro Coura, Américo Bedê Freire Júnior, Ana Gabriela Mendes Braga, Andréa Santana Leone de Souza, Arlindo da Silva Lourenço, Clayton da Silva Barcelos, Ela Wiecko de Castilho, Elaine Cristina Pimentel Costa, Elenice Maria Cammarosano Onofre, Eli Narciso da Silva Torres, Jaqueline de Oliveira Bagalho, Linoel de Jesus Leal Ordonez, Luciano Pereira dos Santos, Luiz Antônio Bogo Chies e Valdirene Daufemback.

Ao mesmo tempo, agradecemos aos pesquisadores que integraram o Conselho até a designação da nova composição. O apoio e o comprometimento recebidos foram fundamentais para a implementação e desenvolvimento da Rbep. As contribuições fortaleceram a qualidade e o impacto da revista, proporcionando um espaço para a disseminação do conhecimento científico. Embora tenhamos avançado com a reformulação do conselho, valorizamos o papel que cada um desempenhou desde a ideia da revista.

Nesse contexto, agradecemos a Vladimir Passos de Freitas, Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento Silva, Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli, Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, Gesilane de Oliveira Maciel José, Debora Cristina Jeffrey, Mauro José Ferreira Cury, Roberto da Silva (em memória), Rodrigo Sánchez Rios, Pery Francisco Assis Shikida, Walter Nunes da Silva Junior, Luiz Antônio Bogo Chies, Hugo Rangel Torrijo e Beatriz Bixio por terem feito parte desta importante fase da revista.

Esta edição constitui um compêndio de pesquisas, artigos, relatos de experiência e documentos oficiais que abordam de forma ampla os eixos temáticos relacionados às alternativas penais, monitoração eletrônica e atenção às pessoas egressas, bem como os aspectos interligados a esses e outros assuntos da execução da pena e seus desdobramentos.

Ao reunir contribuições de pesquisadores, especialistas e profissionais atuantes na pauta, objetivamos enriquecer o debate acadêmico e subsidiar o desenvolvimento de políticas eficazes e humanizadas no âmbito da execução penal.

Portanto, a edição oferece um valioso acervo de conhecimento e informação e se configura como um instrumento para a promoção da reflexão crítica e para o avanço progressivo da pauta.

O artigo que abre o dossiê, “A justiça racial e alternativas penais no Brasil: a aplicação desigual dos mecanismos de responsabilização alternativos à prisão”, é uma produção de Edinilson Couto de Jesus Júnior. A pesquisa aborda as desigualdades enfrentadas pelas pessoas negras no sistema judicial e as possíveis restrições no acesso a alternativas penais.

Claudia Bozzolan apresenta “O paradoxo: justiça restaurativa e grupos reflexivos prescritos na Lei Maria da Penha”, na qual analisa as propostas da Justiça Restaurativa e dos Grupos Reflexivos, com base em manuais e regulamentos do Conselho Nacional de Justiça.

Em seguida, temos a produção “Política nacional de atenção às pessoas egressas”, onde Felipe Athayde Lins de Melo descreve os esforços institucionais do então Departamento Penitenciário Nacional e do Conselho Nacional de Justiça para a construção da política.

Na pesquisa “A análise dos gastos públicos em políticas para egressos em 16 estados brasileiros em 2022”, Taciana Santos de Souza, Ana Paula Andreotti Pegoraro, Paula R. Ballesteros e Luciana Zaffalon abordam a possível lacuna existente nas políticas públicas relacionadas aos egressos do sistema penitenciário nos estados.

“Desigualdade na individualização da pena e seus efeitos na cidadania de pessoas egressas do sistema prisional”, de autoria de Simone Schuck da Silva, investiga os impactos decorrentes da não quitação da pena de multa na vida dos egressos do sistema prisional. O estudo analisa as disputas jurídicas relacionadas à aplicação e execução da penalidade e amplia o escopo de investigação para compreender como tais questões afetam a reintegração social e a plena participação dos indivíduos na sociedade após o cumprimento da pena.

Em “A importância da escuta qualificada nas políticas de atenção à pessoa egressa: memórias, contra-memórias e reconstrução de identidades”, Paula Jardim Duarte e Francisco Ramos de Farias investigam como a escuta qualificada de pessoas egressas do cárcere, fundamentada em seus inventários de memórias, pode contribuir significativamente para a ressignificação de experiências traumáticas.

A seção dossiê é concluída com a pesquisa “Monitoração eletrônica no Brasil e estigmatização racial”, realizada por Danilo Tosetto. O estudo explora a possível persistência da ideologia da democracia racial no Brasil, apurando aspectos de como a questão racial pode distorcer a percepção das relações racistas de controle e dominação.

Na sequência, apresentamos as pesquisas da seção Relatos de Experiência, que se inicia com o texto “A criação da Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais e o novo horizonte de atuação da Secretaria Nacional de Políticas Penais”, no qual Mayesse Parizi e Juliana Toche analisam a nova

estrutura institucional da secretaria em decorrência do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, e a origem, atribuições e competências da Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais.

Outra pesquisa desta seção, “Projeto Ágora: uma análise da intervenção psicossocial em grupos reflexivos com homens autores de violência” foi realizada por Ana Carolina Mauricio, Michelle de Souza Gomes Hugill e Adriano Boeiras. O relato aborda o trabalho realizado com autores de violência contra mulheres, na execução do Projeto Ágora, implementado em Santa Catarina.

A seção também engloba a pesquisa “Práticas de intervenções em alternativas penais: tecendo a prestação de serviços à comunidade por meio de grupos”, de Alexandre Lopes Fonseca, Jakelie de Almeida Lara, Karolina Adrienne Silva Oliveira, Lucas Germano e Maíra Rinco de Faria Miranda Aquino. Este relato destaca quatro modalidades de atendimento em grupo, no contexto da prestação de serviços à comunidade, vinculadas ao Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais em Minas Gerais.

A pesquisa de Pâmela Katrinny Nascimento Silva, Pâmela Dias Villela Alves e Andrea da Silva Brito, “O projeto Abraço Cidadão: redução de danos como estratégia de acesso à justiça, cidadania e desencarceramento”, relata a experiência do projeto de redução de danos realizado pelo Poder Judiciário em parceria com o Programa Fazendo Justiça e a Associação de Redução de Danos no Acre.

Encerrando a seção, Eliana Mota da Conceição, Abel da Silva Serpra e Adriano Severo Calbo, no relato “Grupos reflexivos com autores de violência doméstica e familiar na Central Integrada de Alternativas Penais de Novo Hamburgo: uma jornada possível para processos humanos menos violentos”, descrevem a criação e operação da Central Integrada de Alternativas Penais em Novo Hamburgo/RS.

A terceira parte deste número apresenta também um espaço destinado às produções submetidas em fluxo contínuo e abrange temas gerais da execução penal.

Gesilane de Oliveira Maciel José, em sua pesquisa intitulada “Desigualdade, pobreza e estado punitivo: um estudo sobre o aprisionamento seletivo no Brasil”, investiga as relações entre desigualdade, pobreza e o sistema punitivo estatal, concentrando-se na seletividade do encarceramento e no impacto aos indivíduos pobres, jovens e negros no Brasil.

No artigo “Virando a página: uma alternativa essencial”, Liz Rezende de Andrade e Alex Giostri descrevem a implementação e condução do Projeto Virando a Página, promovido pela Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça da Bahia na promoção de letramento literário, associado à construção simbólica do mundo e do indivíduo por meio das palavras.

David de Abreu Silva, em “Considerações acerca dos princípios aplicáveis aos PADs”, analisa os princípios do direito penal e processual penal que são aplicáveis aos procedimentos administrativos disciplinares da execução penal além de identificar os principais princípios que os norteiam.

A pesquisa de Paulo José Gonçalves, intitulada “O modelo APAC e a humanização da pena: uma análise detalhada dos dados e da estatística comparada”, examina a implementação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados, com ênfase para a aplicação do modelo em Minas Gerais.

O artigo “O desafio da ressocialização como instrumento de promoção de direitos: uma análise das políticas aplicadas aos apenados mineiros” encerra a seção Fluxo Contínuo e destaca as políticas de ressocialização implementadas pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, com ênfase no tratamento dos apenados.

O dossiê conta ainda com uma entrevista concedida à Dicap por Riccardo Cappi, onde são discutidos os elementos da racionalidade penal contemporânea e a viabilidade de estabelecer um diálogo com as alternativas penais.

**STEPHANE SILVA DE ARAUJO**  
**CLAUDENIR DOS SANTOS**